

**HABEAS CORPUS Nº 549.237 - SP (2019/0359936-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : JORGE VICENTE SILVA  
**ADVOGADO** : JORGE VICENTE SILVA - PR014987  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROMARIO GALDINO PEDRO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROMARIO GALDINO PEDRO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado em 31/8/2018 a 14 anos de reclusão, no regime inicialmente fechado, e teve negado o direito de recorrer em liberdade pela prática dos delitos inscritos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 556).

Segundo a acusação, o paciente foi flagrado, na companhia de corréus, transportando 48kg (quarenta e oito quilogramas) de maconha (e-STJ fl. 540).

Interposta apelação em 10/9/2018 (e-STJ fl. 7), o recurso até o momento não foi julgado.

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa estar configurado constrangimento ilegal por excesso de prazo para o julgamento da apelação (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente (e-STJ fl. 9).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato

# *Superior Tribunal de Justiça*

ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico do Tribunal de Justiça, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator